

**Entre a contestação e a convivência.  
Censura ao jornal O SÃO PAULO durante o regime militar (1964-1985)**

Ney de Souza \*

**Resumo:** Nesta síntese panorâmica que é este texto será apresentada uma introdução sobre os anos de chumbo no Brasil e as relações do Estado com o catolicismo. Serão apresentadas partes de alguns dos artigos censurados e, em seguida, escrito VETADO. O termo Vetado era o carimbo utilizado pela censura nas folhas de todos os artigos censurados. Desta forma devolve-se o que foi roubado das almas, ou seja, seus direitos de saber, pensar, decidir e viver de fato a democracia.

**Palavras Chave** Ditadura, catolicismo, imprensa

**Abstract:** In this general synopsis is presented a introduction about the hard years (lead time) in Brazil and the relationship between State and Catholicism . Parts of some censorship articles will be presented and , yet, noted FORBIDDEN. The term FORBIDDEN was a stamp used by the censorship institution on the sheets of all the censorship articles. In this sense we turn back what was stolen from de souls, in other words, the rights of knowledge, thinking, decision and the rights of actually living in a democracy.

**Key Words:** dictatorship, Catholicism, The Press

O estudo a seguir é resultado de uma ampla pesquisa sobre o catolicismo e a censura imposta ao jornal O SÃO PAULO, órgão informativo da Igreja católica na cidade de São Paulo. Jornal fundado por D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta em 1956. Durante o regime militar 89 artigos e parte de artigos foram censurados pelo governo. Uma parte dos artigos são referentes á tortura, causa operária e vários outros temas. As colunas onde seriam publicados os textos apareciam em branco. Como o governo percebeu que até isso seria motivo de reflexão critica e por que alguns padres explicavam a seus fieis nas missas o motivo de paginas em branco, o regime impôs novamente. No lugar dos textos censurados deveriam ser publicados anúncios do jornal, salmos e até receitas de bolo.

---

\* Doutor em História eclesíástica, Pontifícia Universidade Gregoriana – registro USP. Coordenador e professor do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica PUC SP.

## I - O tecido colorido das contradições

O recrudescimento do processo político brasileiro iniciou-se com o golpe militar de 1964. Durante as duas décadas em que vigorou, o regime impôs à sociedade práticas totalitárias que objetivavam o controle de grupos a ela inerentes.

Em relação à instituição eclesiástica católica, esse controle foi responsável, inicialmente, por uma divisão interna no Episcopado brasileiro, o que evidenciou as contradições na cúpula da Igreja. Enquanto alguns bispos e sacerdotes, sob a influência do Concílio Vaticano II (1962-1965), optaram pelo apoio às lutas por mudanças nas estruturas sociais, boa parte da hierarquia posicionou-se a favor dos militares. O Concílio criou condições para a observância de uma série de transformações no Catolicismo, uma vez que promoveu discussões que objetivavam, principalmente, a exposição da doutrina católica, a abertura da Igreja às questões do mundo contemporâneo e reformas internas. Os reflexos desta gama de discussões foram notórios no âmbito social, pois se observou, nos anos posteriores ao Concílio, um ativismo por parte da instituição eclesiástica, sobretudo através das pastorais e dos movimentos leigos coordenados pelo Catolicismo.

Entre os bispos que assumiram uma postura crítica e combativa frente aos militares, logo após o golpe, encontra-se D. Jorge Marcos de Oliveira, bispo da Diocese de Santo André-SP (1954-1975). Os seus depoimentos de repúdio à política traçada pela ditadura tornaram-se uma constante já nos primeiros momentos do regime. A imprensa captou alguns desses depoimentos, como, por exemplo, o publicado durante o primeiro semestre de 1965, pelo jornal *Última Hora*: “*Dom Jorge Marcos responsabiliza o governo pela miséria do povo!*” (CAVA, 1985, 38).

Uma parte da Igreja Católica no Brasil lutou contra as arbitrariedades do regime militar. O conceito da Igreja “*unidade na diversidade*” tornou-se ambíguo no seio da própria Igreja nestes tempos difíceis. Foi uma minoria do colegiado episcopal que se uniu para defender o direito do povo contra a opressão do regime. O comentário feito por um jornalista no *Jornal do Brasil* sobre uma reunião da CNBB em Aparecida, SP, no ano de 1967 demonstra o que aconteceu no episcopado brasileiro naquele período:

*(...) a CNBB tinha sido, antes, uma cabeça sem corpo, e era agora um corpo sem cabeça”. “(...) O golpe forçou uma regressão na Igreja brasileira, provocou uma crise institucional dentro da qual a organização se defrontou com várias contradições que a tornaram incapaz de reagir à constante diminuição de influência (BRUNEAU, 1974, 228).*

*A Declaração da CNBB sobre a Situação Nacional* trouxe à tona as contradições que marcaram o topo da hierarquia eclesiástica, nos primeiros anos após o golpe militar. Em tal documento, a Comissão Central da CNBB louva a ação dos militares, que “(...) *salvaram a Pátria, com grave risco de suas vidas*”. Ao mesmo tempo, alerta sobre os abusos cometidos pelos golpistas, defende de acusações padres e leigos que estavam à frente de movimentos sociais e, por fim, afirma que a Igreja não cederá “(...) *às injunções da política partidária, nem às pressões de grupos de qualquer natureza, que pretendam (...) silenciar a nossa voz em favor do pobre e das vítimas da perseguição e da injustiça*” (LUSTOSA, 1991, 74).

A partir de 1968 a cúpula da Igreja Católica começou a distanciar-se das autoridades políticas. Os principais acontecimentos deste ano (AI - 5, primeiras experiências de constituição das Comunidades Eclesiais de Base e Conferência de Medellín) motivaram essa virada no comportamento da hierarquia eclesiástica. Suas preocupações sociais passaram, então, a sofrer uma constante evolução, cujo ponto culminante foi o posicionamento crítico assumido por bispos e outras autoridades religiosas frente ao governo ditatorial. A defesa severa dos direitos humanos enquadra-se neste contexto. As relações com o Estado tornaram-se, assim, bastante problemáticas. A instauração de processos, prisões de sacerdotes e freiras, torturas, assassinatos, cerco a conventos, invasões de templos e vigilância contra bispos passaram a ser a resposta do governo. Doze dos quinze processos dirigidos exclusivamente contra membros da Igreja Católica, processos estes resumidamente retratados na obra *Brasil: Nunca Mais* (1985,149-154) tiveram início em 1968 e anos seguintes, o que comprova que o clima entre os poderes civil e eclesiástico era bastante conturbado no período assinalado.

Com base no que foi exposto, percebe-se que a postura observada entre os membros da cúpula do Catolicismo brasileiro, durante a vigência do militarismo, não foi uniforme. O espírito combativo adotado pela hierarquia no momento em que se verificou o enrijecimento do regime contrasta com o comportamento observado entre boa parte das autoridades eclesiásticas, nos primeiros anos após o golpe. Segundo consta, em tal período, alguns prelados chegaram a acolher denúncias contra padres.

### **Resistência e Engajamento**

O crédito dado, inicialmente, por uma parcela da instituição eclesiástica ao governo militar, “(...) *poderia parecer que rezassem os membros deste último pela mesma cartilha que a hierarquia, em matéria de doutrina social*” (LUSTOSA, 1991, 166). Desta forma, o discurso do presidente Costa e Silva, por ocasião do lançamento, em 1967, da encíclica

*Populorum Progressio*, do Papa Paulo VI, parecia insinuar que a doutrina social da “revolução” coincidia com a doutrina social da Igreja.

*Recebemos com grande entusiasmo o apelo de Sua Santidade em favor do desenvolvimento integral do homem e do desenvolvimento solidário da humanidade; esses também são os nossos objetivos, convictos que estamos de que o desenvolvimento é o novo nome da paz”* (CPV vol. 2, 19).

Neste contexto, a luta contra a miséria deveria observar-se, no país, a partir da linha de Paulo VI, conforme pedido do próprio Costa e Silva (CAVA, 1985, 47). Na prática, isso não se verificou, pois a política traçada durante o seu governo e também ao longo das gestões posteriores em nenhum momento, contudo, combateu a miséria e promoveu o desenvolvimento integral do homem. No decorrer da ditadura, o que se observou de fato foi a marginalização crescente dos operários e dos pobres e a deterioração das condições de vida de boa parte da população.

No momento em que “(...) o regime começou a mostrar mais ostensivamente sua verdadeira fisionomia (...)” (BARROS, 2002, 171), o Episcopado brasileiro uniu-se contra as práticas arbitrárias da ditadura. Ciente dos abusos cometidos contra o povo, a instituição eclesiástica passou a denunciar com veemência o regime, cujo comportamento opunha-se radicalmente aos princípios inerentes à Doutrina Social da Igreja Católica.

### **Denúncia da violação dos direitos**

A publicação dos documentos intitulados *Comunicação Pastoral ao Povo de Deus* (1976) e *Exigências Cristãs de uma Ordem Política* (1977) representou a retomada da luta pela democracia. Isso porque, em tais manifestos, a cúpula do Catolicismo brasileiro faz críticas contundentes ao modelo político instituído pelos militares, passando, assim, a refletir sobre uma concepção de Estado que se coloca a serviço da sociedade e do povo. Críticas severas foram feitas também, anteriormente, por alguns membros da cúpula da Igreja católica à ideologia do regime militar. Tais críticas encontram-se registradas em dois documentos que vieram à tona, simultaneamente, em 1973, são eles: *Eu Ouvi os Clamores do meu Povo*, endossado por 18 bispos e superiores religiosos do Nordeste, e *Marginalização de um Povo: Grito das Igrejas*, assinado por 6 bispos da região Centro-Oeste. Para Henrique Matos, os citados documentos “(...) marcaram a História da Igreja no país” (MATOS, 2000, 374). Nesta perspectiva, procura deixar claro que a transição para a democracia deve atender “(...) às grandes aspirações do povo” (LUSTOSA, 1991, 38).

Esta postura combativa, por sua vez, tornou bastante tenso o relacionamento entre o Estado e a instituição eclesiástica. Os militares, neste contexto, não hesitaram em taxá-la de “comunista”. No entender deles, “(...) *estava-se tramando uma subversão da tradicional ordem cristã e, por isso, esses setores da Igreja Católica constituíam uma séria ameaça à Segurança Nacional*” (MATOS, 2000, 374).

O discurso feito em Paris, por D. Helder Câmara expressa nitidamente a posição contrária das autoridades eclesiásticas frente aos métodos coercitivos adotados pelos militares. Tal discurso, neste sentido, adquire um caráter de denúncia.

*A tortura é um crime que deve ser abolido. Os culpados de traição ao povo brasileiro não são os que falam, mas sim os que persistem no emprego da tortura. Quero pedir-lhes que digam ao mundo todo que no Brasil se tortura. Peço-lhes porque amo profundamente a minha pátria e a tortura a desonra* (GASPARI, 2007, 292).

Dom Helder Câmara foi constantemente “lembrado” pelos generais do regime: “*Helder Câmara, que, há muitos anos abandonou seus afazeres pelo turismo na Europa, a pretexto de conferências para falar mal do Brasil (...) (AESP.DEOPS)*”.

### **Apoio aos Operários**

Diante da repressão desenfreada, a Igreja Católica firmou-se como ponto de apoio do povo oprimido e marginalizado. No tocante aos operários, a presença da instituição eclesiástica efetivou-se por meio da Juventude Operária Católica (JOC), cujo surgimento, no Brasil, remete à década de 1930. Nos anos de 1960, o seu engajamento na luta operária rendeu-lhe uma participação ativa na política. Comprometida com as questões sociais, a JOC, juntamente com os outros movimentos da Ação Católica, sofreu forte repressão, o que acarretou o seu enfraquecimento, ao longo da ditadura militar.

A perseguição promovida pela ditadura não conseguiu, porém, sufocar integralmente o movimento operário. Após as greves de 1968 em Contagem, Belo Horizonte e em Osasco, cujo desfecho foi a prisão e tortura de padres ligados à JOC destas cidades, a causa operária voltou a repercutir no cenário nacional. Desta vez, o palco foi a região do ABC paulista. Reivindicando melhores salários, os operários de São Bernardo do Campo, Santo André e Diadema iniciaram, em 1978, um movimento de greves periódicas. O apoio da Diocese de Santo André a estas paralisações revelou o compromisso da hierarquia com os marginalizados e, por conseguinte, o seu engajamento frente às questões sociais mais urgentes. De acordo com Evanize Sydow e Marilda Ferri:

*Por causa das paralisações, e para intimidar o movimento, o governo decretou a intervenção nos sindicatos do ABC. Sem lugar para reuniões, Dom Cláudio Hummes, então bispo diocesano de Santo André, abriu as portas da igreja matriz de São Bernardo, e transformou o local na sede provisória do sindicato. Era lá que a direção se encontrava para conduzir o movimento. Foi lá que começaram a pensar na criação dum fundo de greve. Dom Cláudio acompanhava tudo de perto. Participou de comissões representando os trabalhadores nas negociações com as empresas, apoiou o abaixo-assinado promovido por outros sindicatos para ser entregue ao Presidente da República, solicitando o fim da intervenção no sindicato dos metalúrgicos, e falou com o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, tentando uma saída política para o movimento. Com o aumento da repressão policial, Hummes foi para as portas das fábricas participar dos piquetes. Era uma forma de tentar conter a violência. Essa investida nem sempre deu certo e em alguns momentos também teve de correr da polícia (SYDOW-FERRI, 1999, 303).*

Significativo foi também o apoio concedido por D. Paulo Evaristo Arns. Segundo consta, durante a greve operária de 1979, observada também na região do ABC, o cardeal arcebispo de São Paulo protestou contra a ação policial por meio de nota divulgada na imprensa. Além disso, D. Paulo

*mobilizou as paróquias no sentido de obterem alimentos, e não deixou que o movimento esmorecesse. Cuidou para que as famílias tivessem como se manter naqueles dias, pois caso contrário os grevistas poderiam voltar atrás. Ele se posicionou muito claramente no incentivo à continuação dessas doações que sustentaram a greve (...) Os alimentos eram transportados da Assembléia Legislativa para Santo André (...) onde havia o porão de uma igreja que servia como depósito. Esse trabalho era coordenado pela Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos (SYDOW-FERRI, 1999, 304).*

O Movimento do Custo de Vida enviou artigo ao jornal O SÃO PAULO em apoio aos operários do ABC em greve. Com o título *Apoio á greve dos operários* o texto censurado afirmava que

*não foi surpresa que o Tribunal Regional do Trabalho – TRT declarasse ilegal o movimento dos trabalhadores do ABC, assim como também os Ministros se negaram a atender às reivindicações do Movimento do Custo de Vida... Na certeza de que a luta dos operários é também a nossa luta, pedimos a todos os que apóiam o Movimento contra a carestia e que lutam por melhores condições de vida, para que apóiem os operários do ABC (VETADO).*

### **Ações em favor da justiça e da paz**

Algumas questões passaram a inquietar a instituição eclesial a partir da radicalização do regime militar. O recrudescimento desse regime “(...) convenceu a Igreja da incompatibilidade entre o sistema implantado e o evangelho anunciado” (MATTOS, 2000, 372). Assim sendo, observou-se na cúpula do Catolicismo brasileiro uma tomada de posição através de ações destinadas a transformar a realidade sócio-político vigente.

A questão relativa aos direitos humanos foi uma das maiores preocupações dos membros da hierarquia eclesial. A violência inerente à ditadura provocava constantemente

a violação de tais direitos. Para protegê-los a CNBB aprovou, em 1973, um projeto de abrangência internacional, cuja estratégia consistia na manutenção de contatos com outras Igrejas e outras instituições de diferentes países para a promoção de discussões acerca do tema. Sob a coordenação de D. Cândido Padim, no Brasil, e de Francisco Whitaker, em Paris, o referido projeto concretizou-se com a realização do Encontro Internacional, em João Pessoa (PB), em julho de 1979. Quatro anos antes, lançou-se em São Paulo o manifesto *São Paulo 75: crescimento e pobreza*, o qual foi acompanhado pela declaração *Não oprimas teu irmão*, documento elaborado pelos bispos da região. Tais textos revelaram também a preocupação da instituição eclesiástica com os direitos humanos, uma vez que trataram de certos temas sociais, como os concernentes ao problema agrário e ao desenvolvimento urbano.

Para acompanhar os males decorrentes do regime militar, como as violações de direitos humanos e as desigualdades sociais, as Comissões Justiça e Paz começaram a ser implantadas no país a partir de 1975, tanto em nível nacional como em nível de algumas dioceses. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), por outro lado, foi criada em virtude da crise que assolou fortemente a questão agrária durante a vigência da ditadura. Por fim, a criação, em 1972, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) foi observada para conceder apoio às populações indígenas, vítimas também do modelo econômico implantado pelos militares.

Diante do exposto, pode-se dizer que a instituição eclesiástica articulou-se por meio de tais comissões, o que acabou permitindo-lhe atuar frente às principais questões sociais do período. Para Oscar Lustosa, entidades como as Comissões de Justiça e Paz, a Comissão Indigenista Missionária e a Comissão Pastoral da Terra foram organizadas para “(...) *cobrir os vazios, criados pela dispersão de forças e impossibilidades concretas de articulação nacional*” (LUSTOSA, 1991, 170). Mas não há dúvida também de que a instituição eclesiástica, por ocasião do surgimento das citadas entidades, não ficou restrita apenas à sua missão profética, uma vez que passou a colocar-se a serviço dos marginalizados pelo regime ditatorial.

## **II – Os conflitos do regime militar com o Catolicismo na cidade de São Paulo**

A perseguição à imprensa, neste contexto da ditadura, se intensificou. O progresso tão alardeado no país produziu um ônus que está sendo pago até hoje. A riqueza de uma minoria foi construída sobre a miséria e a ignorância da maioria da população. Educação e consciência pra quê? Uma população ignorante e sem senso crítico seria mais fácil de manipular. E foi isto que aconteceu. E foi por isso que tantas vidas se perderam. E foi por isso que jornalistas que queriam informar foram perseguidos. Os jornais e revistas foram censurados, rádios e

televisões amordaçadas. A Rádio 9 de Julho (1953) emissora da arquidiocese de São Paulo foi lacrada pelo governo Médici, sendo reinaugurada vinte e seis anos depois.

O jornal *O SÃO PAULO* foi um veículo de comunicação importantíssimo para a Igreja de São Paulo e para o Brasil. Mesmo com toda perseguição, a luta pela liberdade aconteceu na arquidiocese. Qualquer artigo destinado a conscientizar a população era censurado. Em poucas oportunidades no período do regime militar a imprensa nacional conseguiu uma chance para se posicionar em relação às arbitrariedades cometidas contra a população brasileira

### **A perseguição à imprensa católica: jornal *O São Paulo***

A imprensa católica da arquidiocese de São Paulo juntamente com seu bispo D. Paulo Evaristo Arns foram perseguidos e difamados. O jornal *O São Paulo*, criado em 1956, foi censurado inúmeras vezes. As notícias censuradas foram substituídas por anúncios do próprio jornal e, muitas vezes, por salmos e até receitas de bolo. A censura prévia foi baseada em leis impostas aos meios de comunicação e a população sem direito de manifestação. Reivindicar foi insubordinação grave reprimida com a violência própria do regime.

### **Ataques ao catolicismo em São Paulo**

Estavam liberadas as matérias que contrariamente a verdade praticada na arquidiocese de São Paulo invertia os fatos demonizando suas ações. Assim fez o jornalista Salomão Jorge na *Seção Livre* do dia 9 de abril de 1972 do jornal *O Estado de São Paulo*. A matéria foi publicada com o título *A Cúria Metropolitana e a Imprensa*. É uma matéria extensa e cheia de citações do Magistério da Igreja e dos Evangelhos. Mas deturpando a realidade e utilizando comentários de um bispo que foi conivente com regime militar, D. Geraldo Proença Sigaud. Em um dos trechos da extensa matéria se pode ler:

*(...) Mas quem ignora que a Igreja foi invadida por uma corja de alicantineiros, desfrutadores, como nunca ocorreu em tão grande numero, ao longo de toda a sua história? (...) A orquestra vermelha, como a sonata de tartini, 'Trilo do Diabo' começou por empolgar os seminários, corrompendo o do Viamão. Todos puseram-se a dançar aos acordes da musica: os frades do 'Brasil Urgente' clérigos nordestinos, reverendos de Universidades católicas, dominicanos das Perdizes que fizeram do convento um covil, em que se conspirava contra o Brasil (...) não foi somente ele quem denunciou a existência dos padres metidos nos movimentos de comunização do clero, mas um dos mais ilustres sacerdotes do Brasil, o Bispo de Diamantina, o qual não entrou na hierarquia da Igreja pela janela, mas pela porta da frente, D. Geraldo Proença Sigaud. Há – afirmou ele – uma penetração, cada vez maior e mais perigosa das teses marxistas e comunistas nos seminários e*

*conventos (...) A verdade é que o maior culpado de todo este badanal não é só o padre, mas principalmente o Bispo que o governa (...) o Arcebispo de São Paulo, que não deve privar-se nunca do que Pio XII chamou 'o dever gravíssimo de prover e vigiar (...) Se d. Evaristo emudece diante das afrontas e aberrações do seu comandado, é claro que, com o silêncio e a omissão, se presume que a opinião do padre é também a dele (ACMSP).*

Esta matéria elencou uma diversidade de assuntos comentados na época como divórcio, celibato. Mas nela o tom desmoralizador se endereçou a pessoa de D. Paulo e ao semanário da arquidiocese *O São Paulo* que já incomodava o regime militar. A ação da Igreja Católica que passou a tomar partido dos oprimidos precisava cessar.

Em 1978 a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo enviou um Comunicado ao jornal O SÃO PAULO sobre torturas infligidas ao menor Isidoro de Oliveira nas dependências do 47 Distrito Policial. O texto e o depoimento do pai da vítima sr. José Liberato de Oliveira foram vetados. O pai afirmou que *as duas pernas do filho foram cortadas pelas ataduras de fios elétricos, com os quais foram aplicados ao menino choques com corrente de 220 volts. E seus pulsos também foram cortados por ataduras. Os dois olhos estavam enormemente inchados, assim como as pernas e os pés. As costas e o tórax inteiramente cobertos com escoriações e sinais de espaçamentos (VETADO).*

Aqui foram registrados não só os acontecimentos do regime militar, mas alguns de vários relatos de vida, vida destruída por um regime desumano. A devolução destes textos censurados tem também o objetivo de fazer memória à esta triste parte de nossa história. É importante preservar a memória na busca permanente da identidade. Identidade que se identifica com milhares que não puderam falar, viver a democracia. Por vezes o catolicismo foi conivente com a ditadura, mas outras vezes tornou-se voz e, voz única da multidão que sofreu não uma *ditabranda*, mas uma ditadura militar que ceifou vidas e sonhos de brasileiros.

### **Fontes e Bibliografia**

ACMSP (Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo) documentos em fase de catalogação.

AESP. DEOPS – 50-D-26-5708-5710. Relatório mensal de informações n.º 03/78/CISA.

ARNS, Paulo Evaristo. *Da esperança à utopia*. Testemunho de uma vida. Rio de Janeiro, Sextante, 2001.

AZZI, Riolando. Presença da Igreja na Sociedade Brasileira: Região Sudeste (1952-2002) in Instituto Nacional de Pastoral (Org.). *Presença Pública da Igreja no Brasil (1952 - 2002): Jubileu de Ouro da CNBB*. São Paulo, Paulinas, 2002

BARROS, Raimundo Caramuru. A CNBB e o Estado Brasileiro durante o Interlúdio Espartano (A Igreja e o Governo Militar de 1964 a 1985), in Instituto Nacional de Pastoral (Org.). *Presença Pública da Igreja no Brasil (1952 – 2002): Jubileu de Ouro da CNBB*. São Paulo, Paulinas, 2002.

BRASIL NUNCA MAIS. Petrópolis, Vozes, 1985.

BRUNEAU, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo, Loyola, 1974.

CAVA, Ralph della. (Org.). *A Igreja em Flagrante: Catolicismo e Sociedade na Imprensa Brasileira (1964-1980)*. Cadernos do Instituto de Estudos da Religião, ISER. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985.

CENTRO DE PASTORAL VERGUEIRO (CPV). *As Relações Igreja-Estado no Brasil*. Vol. 2. São Paulo.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

LUSTOSA, Oscar F. *A Igreja católica no Brasil republica*. São Paulo, Paulinas, 1991.

MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo, Brasiliense, 2004.

MATTOS, Henrique. “Novos Rumos na Igreja (1968 – 2000)” in *Nossa História: 500 Anos de Presença da Igreja no Brasil*. Suplemento nº 24 da Revista *Família Cristã*. São Paulo, Paulinas, 2000.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra*. Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil, de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2004.

SOUZA, Ney de. *Catolicismo em São Paulo*. 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo (1554-2004). São Paulo, Paulinas, 2004.

SYDOW, Evanize e FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns: Um Homem Amado e Perseguido*. Petrópolis, Vozes, 1999.